

**A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA  
O FOMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DE ALAGOAS**

**CLEIDIJANE SIQUEIRA SANTOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**RENATA LIMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

# A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O FOMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo, nos discursos políticos e acadêmico, é colocado como uma das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, o que tem levado a criação de iniciativas públicas de organização desse setor desde a década de 1930, tendo tido maior sistematização a partir da década de 1990. O Ministério do Turismo foi criado no ano de 2003, período em que o setor de turismo passa a ser conduzido de forma mais organizada. “Foi Instituída, assim, [...] uma nova estrutura, segundo a qual foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo” (BENI, 2006 p. 28).

O Estado de Alagoas devido as suas características naturais e culturais apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo, apresentando cinco regiões turísticas. A partir da discussão sobre políticas públicas e turismo, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Quais políticas públicas voltadas para o fomento da atividade turística foram implementadas no Estado de Alagoas a partir de 2003? Tendo como principal objetivo descrever essas políticas através de uma reflexão sobre o papel do Estado nesse processo.

Nessa discussão, destaca-se o trabalho de (BENI, 2006); (DIAS, 2008); (CRUZ, 2001); (OLIVEIRA, 2016) e ENDRES (2008). Não se tem aqui a pretensão de avaliar tais políticas. Pretende-se, fazer uma descrição das que foram criadas e implementadas no âmbito estadual assim como das políticas federais que o estado aderiu. Com esse intuito, o trabalho apresenta: uma breve discussão sobre as políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil e o papel do Estado; as características socioeconômicas e regiões turísticas do Estado de Alagoas; e as políticas e programas de desenvolvimento do turismo em Alagoas a partir da criação do Ministério do Turismo. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e descritiva. As informações foram obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) e através de pesquisa bibliográfica.

## 2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL E O PAPEL DO ESTADO

A discussão sobre políticas públicas de turismo no Brasil enfoca a importância do papel do Estado brasileiro no processo de elaboração e implementação dessas políticas, na busca de promover o desenvolvimento sócio econômico das regiões, com potencial turístico.

[...] estudar a ação pública não consiste mais verdadeiramente (ver-se-á mesmo se esta questão não perdeu todo seu sentido) em refletir sobre o lugar e sobre a legitimidade do Estado, enquanto forma política abstrata, mas em compreender as lógicas implementadas nestas diferentes formas de intervenção sobre a sociedade, em identificar os modos de relação existentes entre atores públicos e privados e em compreender como a ação pública recobre as dinâmicas imprecisas e evolutivas da fronteira entre Estado e sociedade[...]. O lugar do Estado tornou-se, assim, determinante, sendo sua evolução simbolicamente ritmada pela variação da taxa dos impostos obrigatórios no PIB das nações (MULLER; SUREAL, 2002, p.06).

Por política pública entende-se o conjunto de ações direcionadas para atender demandas da sociedade. Muller e Soreal (2002), na busca de explicar o que são as políticas públicas e como devem

ser analisadas, apresentam três acepções do termo política, a saber: o que cobre a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*). Interessa para esse estudo a política enquanto ação pública, que segundo os autores, “[...] designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (MULLER; SUREAL, 2002, p.10).

Na perspectiva do turismo, Cruz (2001, p.40) define política de turismo como o “conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”. Na literatura específica de política de turismo no Brasil é quase consenso considerar que só a partir dos anos 90, o país começou a adotar políticas públicas direcionadas ao fomento dessa atividade econômica.

Segundo Endres (2008), temas como: descentralização, colaboração e inclusão são adotados nessas políticas a partir de 1994 e a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e do Programa de Regionalização do Turismo fortalece e projeta as bases desse discurso.

Oliveira (2008) faz uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, ao longo da década de 90, e afirma que só partir de 1991 é que o tema passa a estar dentro das prioridades do governo federal: “[...] há de salientar a falta de definições no ordenamento público desta atividade até os anos noventa, quando se começa, de fato, a coordenar e a monitorar, mesmo com inúmeras dificuldades, o desenvolvimento do turismo nacional” (OLIVEIRA, 2008 p.03).

Adotando uma abordagem crítica sobre a literatura de políticas de turismo no Brasil, Carvalho (2016) desenvolve um estudo histórico-institucional das medidas voltadas para o turismo no país no período de 1934 a 2014, contrapondo-se aos autores que defendem a tese de que não existia política de turismo antes de 1990. Segundo a autora, foi nesse período que as normatizações mais incisivas, a formulação de planos, programas e ações foram evidenciadas, porém defende que já existia política de turismo antes desse período. Todas as normativas e ações sejam de “maior ou de menor relevância”, criadas nesse período, deram suporte a implementação da Política Nacional de Turismo-PNT (CARVALHO, 2016). O quadro 01 apresenta essas normativas e ações.

Quadro 1-Ações e Normativas voltadas para o Turismo no Brasil: de 1934 a 2014

1934	Criação da Comissão Permanente de Feiras e Exposições, pelo Decreto nº 24.163, de 24 de abril de 1934
1939	Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o chamado “instrumento de comunicação”, pelo Decreto-Lei nº1.915 de 27 de dezembro de 1939
1945	Fundou-se o Departamento Nacional de Informações, por meio do Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945 (BRASIL, 1945) e extinguiu-se o DIP.
1956	Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil pela resolução nº 57 da Câmara dos Deputados
1958	Criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur) Pelo Decreto nº 44.863, de 21 de novembro.

1963	Autorização e criação das primeiras escolas técnicas na área de hotelaria, conforme o Decreto nº 53.326, de 18 de dezembro
1966	Definição do que seria a primeira PNT e criaram-se o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Embratur
1966	Regulamentação dos serviços de empresas de turismo, outros que dispuseram sobre incentivos financeiros ou sobre transporte aéreo internacional etc.
1977	Promulgação da Lei nº 6.513, refletindo uma nova e importante orientação para o setor ao tratar das Áreas Especiais e dos Locais de Interesse Turístico, bem como do inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural, temas recém-chegados na política.
1981	Regulamentação da lei nº 6.513
1988	Promulgação da Constituição Federal em 1988, a qual estabeleceu, no Art. 180 que, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”
1991	A Embratur passa apoiar a formulação, coordenação e implementação da Política Nacional do Turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.
1992	Apresentação do Plano Nacional de Turismo (1992-1994) – Plantur, que teve como objetivo “ordenar as ações do setor público, orientando as políticas de governo, o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social, através do desenvolvimento regional do turismo” (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 1992, p. 12 <i>apud</i> OLIVEIRA, 2016).
1994	Criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/ NE), quando o governo passou a autorizar o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
1996	Instituição da PNT 1996-1999, cuja finalidade era promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico.
1996	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) –, como se redefiniu o papel dos agentes políticos de diferentes escalas, sobretudo na escala municipal, como será demonstrado nos capítulos subsequentes
2000	Autorização para a União contratar operação de crédito externo destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur)
2000	Instituição da Lei da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
2000	Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
2003	Criação de um ministério próprio para o turismo

2003	Plano Nacional do Turismo (2003-2007)
2004	Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil.
2008	Instituição da Lei Geral do Turismo ou Lei nº 11.771
2010	Regulamentação da Lei Geral do Turismo
	Instituição do Sistema Nacional de Turismo e o Comitê Interministerial de Facilitação Turística
2013	MTur lançou o Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil

Fonte: Carvalho, 2016 (adaptado pela autora)

Desde a década de 1930 já existiam ações direcionadas a regular e organizar aspectos relacionados à atividade turística no Brasil, mesmo que muitas das iniciativas, não tenham saído do papel, como mencionou Cruz (2002). De fato, percebe-se que uma maior sistematização e efetivação somente se dará a partir da década de 1990, principalmente, com a criação do Ministério do Turismo em 2003.

Um tema comum que permeia as políticas de turismo no Brasil é o tema do desenvolvimento, que apareceu com mais ênfase a partir da década de 90. A própria Constituição de 1988 corroborou com tal discurso, ao prever que a atividade turística deve ser promovida pela União, Estados e Municípios como um meio de desenvolvimento socioeconômico, fato que pode explicar a ênfase dada ao tema na elaboração dessas políticas posteriormente a década 1980.

A criação do Ministério do Turismo, segundo Oliveira (2008 p.12), “foi o ponto alto da gestão federal para o turismo brasileiro”. O artigo 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 no parágrafo XXIII descreve as áreas de competência do Ministério do Turismo (BRASIL, 2003).

- a) política Nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promoção e divulgação do turismo nacional, no País e no exterior;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo;
- e) gestão do Fundo Geral de Turismo;
- f) desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2003).

Com a criação do Ministério “[...] o setor conta com uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional” (BENI, 2006, P. 28). O foco deste trabalho será fazer uma descrição das políticas públicas, direta ou indiretamente, voltadas para o fomento da atividade turística no Estado de Alagoas a partir da criação do Ministério do Turismo no ano de 2003.

### 3 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Possuindo 102 municípios, Alagoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), tem aproximadamente 3.358.963 habitantes. Esse Estado ainda “padece” com a concentração de terra e renda, oriunda da monocultura da cana de açúcar.

Essa atividade econômica ainda é forte no Estado: “Em uma análise histórica, é possível perceber como indústria, comércio e serviços são diretamente afetados pelo setor sucroenergético” (COUTINHO; ASSAD, 201, p.78). Para superar a baixa dinamicidade da economia é necessária uma maior diversificação das atividades produtivas na busca de setores dinâmicos, que possam alavancá-la.

Nos anos 90, foram criados o Programa de Desenvolvimento Integrado (Prodesin), que visava conceder incentivos fiscais ao setor industrial com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social, e o Projeto Costa Dourada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Porém, de acordo com Coutinho e Assad (2017), os benefícios concedidos pelo governo ao setor industrial através do Prodesin não contribuíram de maneira/a significativa para a geração de emprego renda no Estado e “o cenário nacional de valorização cambial e a baixa infraestrutura logística nos estados e municípios tornavam mais atrativo o turismo internacional em detrimento do turismo doméstico [...]” (COUTINHO; ASSAD, 2017, p. 79). O que culminou no insucesso dessas duas ações como vetores de desenvolvimento pela geração de emprego e renda.

Segundo Carvalho C., (2016), a ausência de três fatores explica o atraso da economia alagoana: a) amplo mercado interno; b) polos dinâmicos capazes de substituir importações e realizar exportações e c) setor público que tenha capacidade de investimento: “A combinação desses três elementos explica tanto a frágil presença de novas indústrias e as dificuldades na atração de empreendimentos produtivos (CARVALHO C., 2016, p.08).”

Outra questão que merece destaque nessa discussão é a dependência do setor público na geração de emprego, como aponta Carvalho C., (2016, p.17): “São 70 mil funcionários estaduais, 18 mil federais, e 17 mil somente na Prefeitura de Maceió” [capital].

Diante desta realidade, com uma atividade econômica pouco dinâmica e uma forte concentração da renda, decorrente de problemas estruturais, Alagoas apresenta dados socioeconômicos abaixo da média nacional. É um estado marcado por vários contrastes.

No ano de 2010 o índice de desenvolvimento humano (IDH) de Alagoas era 0,631, o mais baixo dos vinte e sete estados da federação. A tabela 1 apresenta o IDH de Alagoas, Nordeste e Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas, Região Nordeste e Brasil em 1991, 2000 e 2010**

<b>Unidade Territorial</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Alagoas	0,370	0,471	0,631
Nordeste	0,393	0,512	0,660
Brasil	0,493	0,612	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano *apud* Coutinho; Assad (2017)

Outro dado importante é o índice de Gini, que é utilizado para medir o grau de distribuição de renda em determinada sociedade. Variando de 0 a 1, quanto mais próximo de zero mais equitativa é a distribuição de renda. No ano de 2014 esse índice foi de 0,44, segundo informações da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG, 2017)

Nesse contexto, verifica-se que o Estado tem um papel fundamental na busca de melhoria desses indicadores, através de ações que visem a dinamização da economia, pois como aponta Carvalho (2016 C., p. 09) “superar os índices sociais negativos sem responder às questões da economia é uma tarefa impossível”.

## 2.1 Regiões Turísticas do Estado de Alagoas

Existem seis regiões turísticas, a saber: Agreste, Caminhos do São Francisco, Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Metropolitana e Quilombos.

- a- Região Agreste composta pelos municípios: Arapiraca e Palmeira dos Índios;
- b- Caminhos do São Francisco: Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas;
- c- Costa dos Corais: Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres;
- d- Lagoas e Mares do Sul: Barra de São Miguel, Coruripe, Feliz Deserto, Marechal Deodoro e Pilar;
- e- Metropolitana: Maceió
- f- Quilombos: Cajueiro, Mar Vermelho, Murici, São José da Laje, União dos Palmares e Viçosa;

O número de municípios participantes das seis regiões turísticas foi reduzido de 50 para 28 no ano de 2016, quando foi elaborado o novo mapa turístico do Estado. Esses municípios foram divididos em cinco categorias: A, B, C, D e E. As cidades da categoria A B e C são responsáveis por 93% do fluxo turístico, dispõem de 87% dos estabelecimentos de meios de hospedagens e apresentam 95% dos empregos formais em meios de hospedagem. Os que compõem os grupos D e E são aqueles que apoiam os municípios responsáveis pelo fluxo turístico (BRASIL, 2016).

**Tabela 2- Categorização do Mapa do Turismo de Alagoas**

<b>Categoria</b>	<b>2013</b>	<b>2016</b>	<b>Diferença</b>
<b>A</b>	1	1	0
<b>B</b>	2	2	0
<b>C</b>	8	8	0
<b>D</b>	29	16	-13
<b>E</b>	10	1	-9
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>28</b>	<b>-22</b>

Fonte: BRASIL, 2016

### 3 METODOLOGIA

Discutindo a temática políticas públicas de turismo, a pesquisa consiste em uma pesquisa exploratória de caráter descritivo com uma abordagem qualitativa, desenvolvida através de pesquisas bibliográficas e documental, objetivando descrever as ações voltadas para o fomento da atividade turística no Estado de Alagoas a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003.

Para levantar as informações necessárias, foi feita uma entrevista, semiestruturada, com a representante da superintendência de turismo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado (Sedetur), antiga Secretaria de Turismo (Setur), no mês de julho do corrente ano. Foram utilizadas também fontes bibliográficas, pois, devido à falta de disponibilidade da informante, não pode ser fornecido todos os documentos referentes às ações informadas, sendo necessário recorrer a outras fontes para buscar publicações referentes a essas políticas.

Portanto, não se sabe se o que foi informado e listado nesse trabalho abrange a totalidade do que foi desenvolvido/implementado pelo Estado de Alagoas a partir da criação do Ministério do Turismo, fato que é considerado como uma limitação dessa pesquisa.

### 4 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ALAGOAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO

#### 4.1 O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil

Foi lançado pelo Ministério do Turismo no ano de 2004 e a adesão a esse programa, propiciou a divisão das cinco regiões turísticas do Estado de Alagoas: Metropolitana; Costa dos Corais; Caminhos do São Francisco; Lagoas e Mares do Sul e Quilombolas. Observa-se aqui que com essa adesão, o Estado poderá trabalhar melhor a atividade do turismo a partir da divisão dessas regiões, pois poderá planejar ações voltadas para atender as necessidades levando em consideração as peculiaridades de cada região.

Esse programa, segundo Gomes (2015 p.109) “lista os critérios de classificação turística para municípios que pretendem se adequar as normas cada vez mais exigentes do Ministério do Turismo”. Esse programa consiste em um desdobramento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) implantado no início de na década pela Embratur. O Ministério do Turismo escolheu dois municípios como destinos indutores: Maceió e Maragogi (GOMES, 2015).

#### 4.2 Estudo da Competitividade dos Destinos Indutores

O Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), construíram o índice de competitividade dos 65 destinos indutores do Turismo Nacional,

O modelo construído contempla a soma ponderada de cinco macro dimensões (infraestrutura, turismo, políticas públicas, economia e sustentabilidade), divididas em 13 dimensões (infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais,



aspectos ambientais, e aspectos culturais), e analisadas segundo a importância para a competitividade do turismo (BRASIL, 2008 p. 24).

Em Alagoas foi desenvolvido no município de Maceió e Maragogi, considerados os dois destinos indutores no período de análise. A tabela 4 mostra esses índices.

**Tabela 4- Índices de Competitividade do Destino e Médias Brasil, Capitais e Não Capitais**

Brasil			Não capitais			Maragogi			Capitais			Maceió		
201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201	201
3	4	5	3	4	5	3	4	5	3	4	5	3	4	5
58,8	59,5	60,0	53,1	53,4	53,8	<b>43,9</b>	<b>46,1</b>	<b>45,5</b>	66,9	68,2	68,6	<b>65,2</b>	<b>67,2</b>	<b>65,7</b>

Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015 (adaptado pela autora)

Como pode ser observado, o índice de Maragogi foi inferior ao das cidades que são destinos indutores e que não são capitais e do índice do Brasil. No caso de Maceió, o índice é inferior ao das capitais, porém supera o do Brasil.

Essa ação faz ainda faz parte do Programa de Regionalização do Turismo. Os encontros para o levantamento das informações, que construíram esses índices foram feitos nos municípios com a participação das secretarias de Estado de Alagoas e municipais de Turismo de Maceió e Maragogi, associações de classe, Sebrae-AL e comunidades locais.

#### 4.3 Programa de Arranjos Produtivos Locais de Alagoas (PAPL)

Fruto da Política de Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas, implantada no início dos 2000, esse programa não foi direcionado apenas para o turismo. Ele é coordenado pela Sedetur e pelo Sebrae tendo como objetivo apoiar os aglomerados produtivos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde existem esses aglomerados.

O PAPL foi concebido em três etapas a partir de novembro de 2003, quando a Phorum finalizou seu estudo. A primeira consistiu em um levantamento para a identificação, seleção e definição dos Arranjos e Territórios Locais prioritários. Na segunda etapa foi elaborado o desenho político-institucional do PAPL, correspondente à formação de pactos entre o governo do estado, o Sebrae-AL e diversas instituições parceiras para prestação de serviços de desenvolvimento dos arranjos. Na terceira etapa foram organizados os trabalhos de elaboração dos planos e a negociação das respectivas ações, com a subsequente consolidação junto às comunidades empresariais. A quarta etapa foi a contratualização dos parceiros e, finalmente, foram estabelecidos os mecanismos de acompanhamento e implantação das ações de cada arranjo (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2011).

Atualmente esse programa apoia 18 Arranjos Produtivos, sendo dois deles no setor de turismo, o APL Lagoas e Mares do Sul e o APL Caminhos do São Francisco.

O APL Lagoas e Mares do Sul foi denominado inicialmente de APL de Turismo Região das Lagoas, composto pelos municípios de Marechal Deodoro, Barra de São Miguel e o bairro do Pontal

da Barra, no município de Maceió, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Pilar. No ano de 2008 foram incluídos mais quatro municípios do Litoral Sul e a partir disso, o APL passa a ser denominado de Lagoas e Mares do Sul (LUSTOSA; ROSÁRIO, 2015).

O APL Caminhos do São Francisco só foi institucionalizado em 2008, é composto por doze municípios, abrangendo um extenso território. É composto pelos seguintes municípios: Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu, Belo Monte, Pão de Açúcar, Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia e Água Branca. Vale salientar que cinco desses municípios foram retirados do mapa turístico do Estado no ano de 2016.

#### 4.4 Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS)

Desenvolvido pelo Ministério do Turismo e pela antiga Secretaria de Estado de Turismo de Alagoas atual Sedetur. Para a elaboração do PDTIS considerou-se as seguintes etapas:

1. Formulação de Objetivos, 2. Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas, 3. Validação da Seleção da Área Turística, 4. Formulação de Estratégias, 5. Plano de ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos, 6. Definição de Mecanismos de Feedback: Acompanhamento e Avaliação do PDITS (BRASIL, 2012).

O PDITS foi desenvolvido nos polos Lagoas e Mares do Sul composto por nove municípios: Pilar, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto e no Polo Costa Dourada composto por 10 municípios e capital. A orientação do crescimento do turismo com bases sustentáveis no curto médio e longo prazo é um de seus objetivos (BRASIL, 2012).

#### 4.5 Mapeamento Cultural das Cidades Históricas

O Estado possui três cidades históricas propícias para o desenvolvimento do turismo cultural, são elas: Penedo, Piaçabuçu e Piranhas. O mapeamento foi feito pelo governo do Estado e pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) com o apoio do Programa Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a realização desse mapeamento construiu-se um catálogo com o objetivando promover o turismo cultural nesses três municípios.

#### 4.6 Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco

A região do Baixo São Francisco Alagoano é composta por doze municípios: Água Branca, Belo Monte, Delmiro Gouveia, Igreja Nova, Olho d'água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas, Porto Real do Colégio, São Brás e Traipu.

Os responsáveis pelo projeto foram as Secretarias de Estado de Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande) e do Turismo (Setur), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e do Instituto Ambiental

Brasil Sustentável (IABS), contando com os atores locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na região.

O projeto visa a promoção de ações no Baixo Rio São Francisco, a fim de incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico das populações de baixa renda da região (MATTEO et al, 2013).

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se o Zoneamento Turístico do Baixo São Francisco, que “contempla aspectos econômicos, ambientais, sociais, culturais e jurídico-institucionais, a fim de conduzir uma relação sustentável entre a sociedade e o ambiente natural” (MATEO et al, 2013).

#### 4.7 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023

O início das discussões para construção do plano teve início em 2011. A construção aconteceu de modo participativo, sendo coordenada pela antiga Secretaria de Estado do Turismo, considerava-se que seria: “[...] a base para a elaboração de projetos, propostas de captação de recursos, informes e planos de ação dos segmentos específicos do turismo no Estado” (PLANO ... 2013).

Esse plano estratégico tem o seguinte papel para fomentar a atividade turística no Estado:

- 1 Lançar desafios e orientações, através de programas, projetos e ações;
- 2 Favorecer o exercício das funções básicas da administração (planejamento e gestão), de forma a propiciar a construção de compromissos comuns na rede de gestão de turismo do Estado, para que as fases que constituem o ciclo de planejamento sejam exercitadas;
- 3 Contribuir durante o processo de sua implementação, para que a rede de gestão do setor de turismo do Estado de Alagoas promova efetivamente o exercício da integração das diversas políticas, programas e iniciativas, no âmbito dos governos federal, estadual e municipais ((PLANO... 2013).

#### 4.8 Plano Aquarela

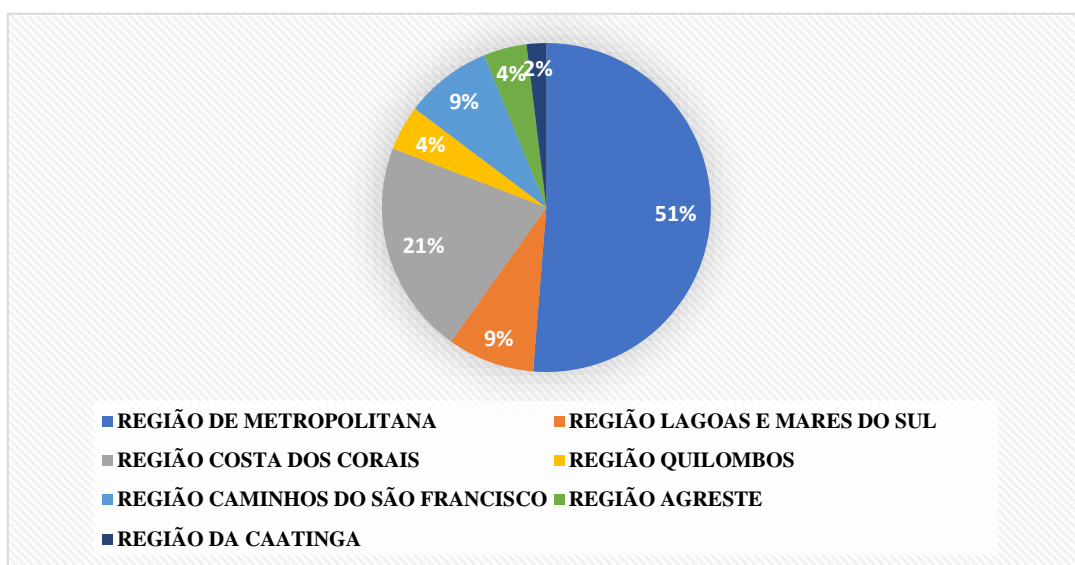
Foi uma ação do governo federal, criado pela Embratur com o objetivo de promover o marketing turístico internacional do Brasil, tendo início em 2005. Porém na entrevista com da Sedetur - Al foi informado que o Estado aderiu e participou da construção desse plano.

Nas pesquisas bibliográficas realizadas não foi encontrada a forma de atuação do Estado de Alagoas no Plano Aquarela, nem possíveis dados e/ou resultados para o Estado. Vale salientar aqui que existe uma “nova” publicação da Embratur intitulada “Plano Aquarela 2020: Marketing Turístico Internacional do Brasil”, que apresenta os seguintes objetivos: “Contribuir para o sucesso da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Maximizar os resultados para o turismo brasileiro. Otimizar a exposição mundial do país para torná-lo mais conhecido” (BRASIL, 2009, p.13).

#### 4.9 Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no Setor (Cadastur)

O Cadastur é um programa desenvolvido pelo Ministério do Turismo e é executado com a parceria dos órgãos oficiais de turismo dos estados, no caso de Alagoas, a Sedetur. O foco deste programa é formalizar os prestadores de serviços turísticos, como: Meios de Hospedagem (albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, resort e cama & café); Agências de Turismo; Transportadoras Turísticas; Organizadoras de Eventos; Parques Temáticos; Acampamentos Turísticos; Guias de Turismo. O gráfico 1 apresenta os dados para Alagoas em 2018.

**Gráfico 1- Empreendimentos Cadastrados e Regulares no Cadastur-AL**



Fonte: Dados da pesquisa na Sedetur (2018)

#### 4.10 Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas

Publicado em 2017 foi desenvolvido em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para o Desenvolvimento da Agricultura-IICA, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico e Turismo-Sedetur/Al, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR-MI).

O objetivo do Plano, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional -PNDR, é apoiar a redução das desigualdades sociais e regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento no estado de Alagoas. Para isso, pretende estimular uma rede dinâmica de cidades e territórios capazes de integrar suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais para reverter as desigualdades e promover o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e ambientalmente responsável. (COUTINHO; ASSAD, 2017 p. 23).

Esse plano não é específico para a atividade turística, visa o desenvolvimento socio econômico do Estado a partir do fomento as atividades econômicas, corroborando com a ideia de Carvalho C., (2016).

Três eixos considerados principais foram abordados nas diretrizes do plano: Eixo de Desenvolvimento Setorial; Eixo Estruturante; Eixo territorial. O eixo de desenvolvimento setorial tem como diretriz: “O Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável”. O quadro 2 apresenta os programas, objetivos, metas e Instituições envolvidas com essa finalidade.

**Quadro 2- Programas, Objetivos, Metas e Instituições**

<b>Programas</b>	<b>Principais Objetivos</b>	<b>Principais Metas</b>	<b>Principais Instituições Envolvidas</b>
1. Infraestrutura aplicada ao turismo 2. Defesa ambiental para o turismo 3. Qualificação dos produtos turísticos 4. Promoção e fortalecimento da imagem dos destinos 5. Fortalecimento da gestão participativa e da política estadual de turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Qualificar e diversificar a oferta de produtos</li> <li>● Qualificar prestadores de serviços</li> <li>● Consolidar o posicionamento de mercado de cada região, considerando sua segmentação turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● 15 praias com símbolo bandeira azul</li> <li>● Sinalização turística considerada excelente por 90% dos turistas</li> <li>● Observatório de Turismo estadual consolidado e com informações acessíveis <i>on-line</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sedetur</li> <li>● Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos</li> <li>● Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)</li> <li>● Ministério do Turismo (Mtur)</li> <li>● Ministério da Integração nacional</li> <li>● Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio);</li> <li>● Maceió Convention &amp; Visitors Bureau (MC&amp;VB)</li> <li>● Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae)</li> <li>● Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)</li> <li>● Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)</li> <li>● Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas</li> <li>● Prefeituras municipais;</li> </ul>

Fonte: Coutinho; Assad (2017)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da descrição dessas políticas, programas e planos e do conhecimento de seus objetivos, torna-se perceptível que todas elas, sejam as propostas pelo Ministério do Turismo, com aderência do Estado, sejam as elaboradas e implementadas no âmbito estadual foram concebidas com a intenção de promover o tão almejado “desenvolvimento socioeconômico”, prevalecendo a mesma ideia dos anos 90, como aponta a literatura de políticas de turismo no Brasil.

Como o objetivo aqui foi fazer uma descrição e não uma avaliação de processo nem dos resultados dessas ações para o desenvolvimento do turismo e socioeconômico no Estado. É perceptível que houve um empenho por parte da gestão estadual após a criação do Ministério do Turismo, período em que o setor é mais fortalecido em nível federal, na busca de organizar e fomentar o setor de turismo, tanto aderindo as políticas e programas federais como na elaboração de algumas dessas ações em nível estadual.

Acredita-se na importância que o fortalecimento dessa atividade econômica tem para o Estado, porém, não se pode pensar que apenas o turismo poderá alavancar a economia de Alagoas, que ainda carrega traços “coloniais” com a atividade canavieira, mesmo em decadência, sendo a principal.

A partir da construção desse trabalho surge o seguinte questionamento: De que forma essas políticas contribuíram para o desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas? Será que elas conseguiram contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população que sobrevive direta ou indiretamente da atividade turística? Para responder a esses questionamentos é necessário um estudo aprofundado de avaliação dessas ações.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL, 2003. **Lei 10.683 de 28 de maio de 2003**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28/07/2018.

BRASIL, 2016. Ministério do Turismo. **Mapa Turístico do Estado de Alagoas**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6463-alagoas-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>. Acesso em: 10/08/2018.

BRASIL, 2010. Ministério do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ALAGOAS/PDITS\\_LAGOA\\_E\\_MARES\\_DO\\_SUL.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ALAGOAS/PDITS_LAGOA_E_MARES_DO_SUL.pdf). Acesso em: 15/08/2018

BRASIL, 2008. Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/MIOLO\\_65xdestinosx\\_revisao4set.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf). Acesso em: 15/08/2018.

BRASIL, 2009. Ministério do Turismo. **Plano aquarela 2007-2010**. Disponível em: [www.embratur.gov.br/lai\\_embratur\\_secom/export/.../Plano\\_Aquarela\\_2020.pdf](http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/.../Plano_Aquarela_2020.pdf). Acesso em: 18/08/2018.

- BRASIL, 2011. Ministério do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Disponível em: < [www.turismo.gov.br/.../PDITS/ALAGOAS/PDITS\\_LAGOA\\_E\\_MARES\\_DO\\_SUL.pdf](http://www.turismo.gov.br/.../PDITS/ALAGOAS/PDITS_LAGOA_E_MARES_DO_SUL.pdf)>. Acesso em: 15/08/2018.
- CARVALHO, Gisélia Lima. **Perspectiva Histórico- Institucional da Política Nacional de Turismo no Brasil (1934-2014)**. Disponível em:< [www.scielo.br/pdf/mercator/v15n1/1984-2201-mercator-15-01-0087.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mercator/v15n1/1984-2201-mercator-15-01-0087.pdf)>. Acesso em: 05/08/2018.
- CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia Popular: Uma Via de Modernização para Alagoas**. 7. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.
- COUTINHO, Mauro Knupfer; ASSAD, Luis Tadeu. **Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas**. Brasília-DF: IABS, 2017.
- CRUZ, R. C. 2001. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ENDRES, Ana Valéria. **Políticas de Turismo, Desenvolvimento e o Papel do Estado: Cenários e Inquietações**. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC vol. 5.n.1 agosto-dezembro, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13446/12343>. Acesso em: 01/08/2018.
- GOMES, Wanderson José Francisco. **A Construção do Destino Turístico Alagoas: a tradução das políticas contemporâneas de turismo**. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Dissertação de Mestrado. Maceió, 2015. Disponível em:[www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1261](http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1261)>. Acesso em: 15/08/2018.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; ROSÁRIO, Francisco José Peixoto. **Desenvolvimento Local em Regiões Periféricas: a política dos arranjos produtivos em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; ROSÁRIO, Francisco José Peixoto. **Desenvolvimento local e inovação em atividades tradicionais: o arranjo produtivo local de turismo Lagoas e Mares do Sul, Alagoas, Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0099.pdf>>. Acesso em: 21/08/2018
- MATTEO, K. C. E. M.; MATRICARD, E. PIRES, J. S. R.; MATAMALA, J. C. **Zoneamento Turístico do Baixo Rio São Francisco no Estado de Alagoas**. Brasília: IABS: 2013. < Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/fevereiro/Fev.15.19.pdf>>. Acesso em: 30/11/2016.
- MULLER, Pierre; SUREL, YVES. **A Análise das Políticas Públicas**; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002. 156p.
- OLIVEIRA Fernando Meloni de. **As Políticas de Turismo no Brasil nos Anos Noventa**. Turismo em Análise, v.19, n.2, agosto 2008 177. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/14149/15967>>. Acesso em: 10/08/2018.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO-Seplag. **Alagoas em Dados e Informações**. Disponível em:< <http://www.seplag.al.gov.br>>. Acesso em: 15/08/2018.